

RESENHA

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. *“Catirina, minha Nêga, Tão Querendo te Vendê...”: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850 – 1881)*.

Josenildo de J. Pereira¹

O cientista social, José Hilário Ferreira Sobrinho, por seu engajamento e pesquisa acerca da cultura e história do negro no Ceará presenteou, em 2011, a comunidade de historiadores que se dedicam a pesquisa da história social da escravidão no Brasil publicando esta obra instigante e sedutora como um imã porque o texto, escrito com maestria, envolve e seduz o leitor. Nesse sentido, dentre os seus inúmeros méritos sublinha-se a sua contribuição para que se superem os efeitos ainda nocivos da ideologia racista que articulou o mito da pouca relevância da escravidão moderna, tendo por objeto povos africanos, na formação histórica do Ceará. Trata-se de mais um dos excelentes textos que, aos poucos, vêm constituindo uma historiografia da escravidão no Ceará. A este respeito sublinha, os *“trabalhos sobre os negros cearenses são significativos por mostrarem outra realidade da presença dos mesmos no Ceará. Abre-se então, um caminho para a desconstrução da ideia do cativo ausente ou passivo no processo histórico, que, há tempos é predominante entre nós”*.

A partir do diálogo com autores locais e de outros que estudam a escravidão, e cotejando uma diversificada documentação como - *livros de registros avulsos de compradores de escravos de Itatiba-SP (1861-1880), de registros de meia siza, de compra e venda de escravos para Pirassununga-SP (1877-1878) encontrados no Centro de Memória da Unicamp; livro de investigação da policia do porto do Ceará, livro do Cartório Feijó, livro de Lançamentos de despacho – Requerimento de Passaporte para escravos – 1868; romances, letras de músicas, jornais da época e outros documentos;* mas, seguindo a trilha aberta por trabalhos constitutivos de uma nova historiografia da escravidão a partir da década de 1980/90, e orientados por princípios teórico-metodológicos recortados no pensamento do historiador Inglês E. P. Thompson, o

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em História - PPGHIS/UFMA - CCH e de História da África no Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão/UFMA.

autor queria analisar *“experiências e vivências de escravos, libertos e livres, no Ceará, procurando perceber suas táticas e estratégias nas brechas encontradas na sociedade escravista, que lhes possibilitavam a construção de espaços de liberdade”*. Mas, ao aprofundar os seus estudos acerca da escravidão decidiu-se pela análise do movimento de *“escravos vindos do Norte para o Sudeste, na segunda metade do século XIX”* - o tema central deste livro. Tal como sublinha, *“a temática é recorrente no meio acadêmico, mas pouco analisada pela historiografia brasileira, em particular, pela cearense”*, inclusive *“tomando como ponto de partida as vivências dos atores sociais envolvidos nesse “negócio”, no contexto de uma província, que vê diminuídas, ainda mais, as relações de produção com base na mão de obra escrava”*.

O seu pressuposto é que *“o tráfico interprovincial foi comum na vida social dos cearenses, com diferentes significados para os envolvidos, em particular, para o cativo”*. Desse modo, trata-se de um estudo cuja importância se expressa *“pela possibilidade de análise das estratégias de escravos e comerciantes, na consecução dos seus objetivos diante das adversidades e situações que se lhes apresentavam”*. Em linhas gerais, para os escravos *“a migração, caracterizada no comércio de escravos para outras províncias, representou, de um modo geral, a reelaboração dos horrores produzidos pelo tráfico atlântico como: a separação de famílias, o sequestro de pessoas livres e sua reescravização”*.

Com esta perspectiva analítica, o autor indica que o tráfico interprovincial para *“as lavouras de cana e de café, no Rio de Janeiro, e a zona de expansão da cafeicultura em terras paulistas”*, quanto à especificidade da província do Ceará decorreu da articulação entre diferentes fatores dentre os quais se destacam – epidemias, secas e a Guerra do Paraguai. De sua análise se infere que o mesmo foi um processo complexo, denso e permeado por tensões de múltiplos matizes envolvendo proprietários de escravos, traficantes, escravos, libertos e o Estado. Os negociantes eram pessoas de posses com inserção na vida social da província que agiam mediante empresa ou firma tendo por articulistas mascates e procuradores.

Ao tratar do surto de febre amarela ocorrido em 1851, o autor destaca que *“a epidemia abalou, de alguma forma a vida dos proprietários de escravos a ponto de um*

ano e meio depois, 1853, ter aumentado significativamente em relação aos anos anteriores, e, por bom tempo, nos anos posteriores, a venda de cativos para outras regiões”. No entanto, sublinha - “o período em que mais se exportaram escravos foi o da **seca de 1877-1879** (6.559) sendo que aproximadamente 50% deles (2.909) em 1878”.

Em relação à Guerra do Paraguai salienta que “o fluxo de saída de escravos foi bem menor em relação ao período marcado pelas secas. Contudo, esse momento mexeu com o comércio negreiro interno e com o imaginário dos cativos frente a possibilidade de alforria”. Em sua análise tece os meandros da trama que envolvia a Guerra do Paraguai, a escravidão e o tráfico interno de escravos e, nesse contexto, a lógica da ação do Estado incorporando escravos em tropas do Exército. O tráfico interno, por um lado gerava renda para traficantes e proprietários de escravos cearenses porque encontraram no “comércio interno de escravos” “uma forma de continuar sobrevivendo e obtendo ganhos com a venda de cativos”. Por outro, evitava que indivíduos das classes dominantes fossem e ou enviassem os seus para o front da guerra, pois, “muitos proprietários, fugindo ao alistamento, não querendo embarcar na aventura nem ver seus os filhos ou agregados mais chegados embarcarem, decidiam enviar escravos, recebendo por isso uma determinada quantia, a título de indenização...”.

Jornais locais e de outras províncias noticiavam, por meio de seus anúncios, a “liberdade escrava” em troca da participação destes na guerra. Tal como salienta o autor, “notícias assim mexiam com o imaginário do escravo, que visualizava uma brecha para a conquista da liberdade, que o escravo, a seu modo interpretava. E o resultado desse entendimento levou muitos cativos à recusa, do cativo, não esperando que os senhores os negociassem e recebessem indenização.” Por isso, muitos deles recorreram à fuga.

No entanto, outros tantos resistiram ao tráfico. A este respeito o autor sublinha que as festas – *de Reis Congos e Cirandas*, frequentadas por crioulos, mestiços e africanos, para além de sua dimensão lúdica constituíam-se em ocasiões importantes para as trocas de informações “sobre os embarques, o sofrimento nas caravanas e a

vida de trabalho duro, nas fazendas de café”; enfim, de avisos que tratavam “dos perigos e vantagens de determinados acontecimentos, nas cidades, ou nas fazendas, de temas relativos ao tráfico para o Rio de Janeiro.” Devido a esse processo chamado pelo autor de “correio nagô”, *“os escravos estavam atentos e tinham conhecimento das discussões políticas referentes às leis emancipacionistas, às discussões políticas sobre a escravidão e o tráfico, em pauta no parlamento, e às quais recorriam para pressionarem as autoridades e senhores, na luta contra a venda indesejada, em particular, contra a exportação. Todavia, quando os tramites legais não funcionavam, as formas radicais, crimes e fugas eram as saídas possíveis.”*

A partir de histórias dos escravos Bernardo, Anna e Nicolau em sua luta contra o tráfico interprovincial o autor adentra no contexto criado pelas lutas por liberdade convidando-nos a compreendê-la sob a perspectiva dos escravos. Para tanto, é necessário que o leitor desbrave este texto escrito de modo arguto, perspicaz e crítico.